



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 30 DE MARÇO DE 2000**

*Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Governador da Paraíba, José Maranhão; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União; Senhores Secretários e Secretárias do Trabalho; Senhores Presidentes das Centrais e das Confederações Sindicais e Patronais; Senhoras e Senhores,*

Quando o Ministro Dornelles faz a apresentação dos programas, ele o faz de uma maneira tão concisa, tão direta e tão fácil de se aprender que o Presidente fica sem ter o que dizer, a não ser aplaudir. E aplaudir não só o desempenho do Ministro, mas o trabalho coletivo que tem sido feito através das centrais sindicais, das confederações patronais, dos sindicatos, das Secretarias de Estado, e assim por diante.

Se alguma lição temos tirado no Brasil dos avanços havidos nesses últimos tempos na nossa sociedade – e houve muitos – é o fato de que aprendemos a trabalhar em parceria, aprendemos a trabalhar em conjunto e tomamos conhecimento de que não basta uma decisão do Executivo, nem mesmo do Congresso, nem só de

Brasília. É preciso que haja, realmente, uma rede que permita que as ações se materializem de uma forma consequente.

É difícil um país do porte do Brasil – agora mesmo, o Ministro acabou de dizer uma coisa que eu não tinha pensado: temos o quarto maior contingente de pessoas trabalhando no mundo –, um país deste tamanho é sempre difícil. Mas também há o outro lado: é um país que tem muitos recursos – recursos organizacionais, recursos humanos – e que, uma vez mobilizados, funcionam. É o que temos assistido. Eu mesmo, quando vejo nos programas, nos relatórios que mando ao Congresso, nos relatórios que recebo, a quantidade, fico pensando: será que isso é certo? Porque é tanto zero depois do algarismo: são 4 milhões de trabalhadores para serem treinados no caso do Planfor.

Outro dia, aqui, em uma outra sala, eu estava lançando um programa de outra natureza, um programa de termoelétricas. E, na hora de dizer o que tinha que dizer, dei uma parada. Será que é isso? Quarenta e nove termoelétricas a serem feitas, em três anos, o que é quase uma Itaipu. E tem que ser feito, porque, se não for feito em três anos, vamos ter falta de energia, porque as fontes de energia, pelo menos aqui no Sudeste, de hidreletricidade, estão esgotadas e agora temos que entrar na termoelétricidade, utilizando o gás. É isso mesmo: vamos ter que fazer. Não sei se vamos conseguir, mas temos que enfrentar o desafio.

A mesma coisa, agora, neste programa do Planfor, que é fundamental, porque – vou repetir o que vocês todos sabem, às vezes, até de experiência direta –, no mundo de hoje, a questão é a da capacitação profissional. Ainda recentemente, tive uma informação de uma pessoa que foi presidente do Conselho Nacional de Pesquisa, Doutor Tundisi, e que, hoje, é secretário de Ciência e Tecnologia em uma cidade de São Paulo, em São Carlos. Foi uma informação que ele deu a Ruth – não foi a mim, mas eu transmito; ele é uma pessoa de muita criatividade, é um cientista de renome e, como secretário, agora, resolveu fazer uma bolsa de trabalho. Com os ventos que começaram a melhorar, a procura de emprego aumentou, mas a possibilidade de arranjar empregos em São Carlos também foi aumentando – e au-

mentou muito —, até que chegou a um ponto em que há um contingente da população que ou ele é retreinado ou não há o que fazer, mesmo que haja vagas. Mesmo que haja possibilidade de oferta de emprego, não há como atender a essa oferta de emprego.

Então, ele foi evoluindo no programa dele, que era simplesmente de bolsa de trabalho para um programa de treinamento, de capacitação. E capacitação, às vezes, em questões em que pode parecer que não têm transcendência, mas que têm, porque, para um certo tipo de mão-de-obra, é preciso qualificá-la mesmo para os trabalhos mais simples. Então, a jardinagem, o trabalho doméstico, tudo isso requer, hoje, uma certa qualificação. O que dizer, então, dos trabalhos mais complexos, de uma planta industrial mais avançada, que requer muita qualificação para que a pessoa possa se desempenhar bem?

Sem dúvida alguma, se quisermos ver o Brasil, como todos queremos, com uma maior prosperidade, temos que fazer um esforço crescente em matéria de educação, em matéria de treinamento e de capacitação profissional. Isso é um truísmo. O difícil é realizar. E estamos começando a realizar. Estamos observando os dados. Ainda hoje, o Ministro da Educação, que está em Londres, me telefonou de lá para dizer que eles fizeram várias apresentações, várias discussões, em que as pessoas, na área educacional, naturalmente, estavam informadas e enfronhadas do que está acontecendo aqui e também com essa mesma preocupação que tenho: será que é isso mesmo? O Ministro Dornelles acabou de dar um dado: a quantidade de crianças fora da escola caiu de 11% para 5%, em um período de cinco anos. É muito. É rápido. É isso mesmo o que está acontecendo.

Insisto sempre que estamos produzindo uma revolução silenciosa na educação brasileira. A expansão na área educacional, de acesso à escola básica, é muito grande. Agora, estamos expandindo o curso secundário. Vamos precisar criar 10 milhões de vagas, nos próximos quatro anos — 10 milhões de vagas —, porque, como houve a expansão do ensino básico, isso pressiona o ensino secundário. Temos que, evidentemente, não esquecer que também é necessário dar um grande impulso para a ciência e a tecnologia e na universidade. Ainda na se-

gunda-feira, devo apresentar ao país algumas decisões e algumas organizações novas, alguns mecanismos novos para permitir a continuidade e a expansão da área de ciência e tecnologia.

Falei de educação. Mas está aqui o Ministro da Saúde, que poderia falar sobre a saúde. É a mesma coisa. É a mesma coisa: quando se começa a mexer em um certo nível, aí, a demanda passa a ser para aparelhamento de alta complexidade para os hospitais. Já não basta o médico de família, já não basta o agente comunitário, que é o fundamental.

Agora, aqui, muitos de vocês fazem parte desse mecanismo. O Ministro Dornelles colocou, com muita clareza, a outra questão que é fundamental, e não só nesse campo, em todos os campos: precisamos avaliar melhor o que estamos fazendo. Temos que passar da mentalidade que pergunta apenas o número, o quanto: quanto gastou, quanto formou. Foi melhor gasto assim ou podia ser gasto melhor? Formou realmente bem ou precisa formar melhor? A qualidade passa a ser a questão decisiva para que o Brasil, realmente, possa avançar. Temos que qualificar mais e avaliar.

Vi, recentemente, corroborando o que disse o Ministro Dornelles, uma avaliação feita pelo Ibase. Ibase é aquele instituto que o Betinho, o Herbert José de Souza, fundou, há alguns anos, que é uma organização não-governamental. O Governo, inclusive o Ministério do Trabalho, pediu a este instituto uma avaliação de três programas: o Proger, o Proger Rural e o Pronaf. Li a avaliação. É bem interessante ver, inclusive, que alguns vão mais à frente do que outros. E é uma avaliação independente. É de uma organização que não tem nada a ver nem com o Governo nem com as instituições que estão realmente realizando esse trabalho. Isso é fundamental para dar mais confiabilidade àquilo que se diz, ao que se está fazendo e para corrigir eventuais desvios. Louvo a iniciativa do Ministro. Acho que a avaliação tem que ser feita, efetivamente, por organismos independentes, por corpos independentes, para que ela tenha a objetividade e para que ela possa também reafirmar àqueles que são os depositários da confiança pública, que estão realizando os trabalhos, a confiança neles depositada e para que eles tenham mais ânimo para seguir adiante e,

também, quando for o caso, para que possam corrigir um ou outro eventual desvio que exista por aí.

O que foi feito com o Provão, no começo, provocou uma reação. Há sempre essas reações de incompreensão de alguns setores. Inovar é muito difícil. O espírito, rapidamente, se acomoda às coisas que existem e cada inovação é recebida sempre com desconfiança. E os interesses mais atrasados, às vezes, se arvoram em defensores disso ou daquilo para impedir uma renovação.

Assim foi com o Provão. Infelizmente, até organizações estudantis se mobilizaram contra o Provão. Isso é uma coisa insensata. A sociedade reagiu e, hoje, o Provão é um sucesso. Hoje, pedem que se faça a prova. Por quê? Para saber se a faculdade está, realmente, formando bem ou formando mal, para que o pai possa ter um parâmetro, para que o próprio estudante possa ter uma avaliação. Tão importante quanto isso é que a própria faculdade, a própria escola melhore, porque se ela é mal avaliada em um ano e no outro ano, no terceiro, corre o risco de ser fechada. Ela começa a tomar medidas para melhorar.

Isso é a prática da sociedade democrática e moderna. Ela exige que um terceiro venha olhar, venha avaliar. Tenho certeza de que, se conseguirmos – e vamos conseguir – avaliações objetivas nessa análise da qualificação, nós todos vamos ganhar com essas avaliações objetivas.

Enfim, tenho que apenas dizer-lhes que confio muito nessa ação de parceria, nesse esforço imenso que está sendo feito. Acho importantíssimo, assim como disse sobre a avaliação, que é alguma coisa que tem que ser objetiva, profissional, que haja a despolitização desses programas. Não são programas de Governo, são de Estado, se posso dizer assim. Têm a ver com a sociedade, não têm a ver com a central tal ou qual, com o partido tal ou qual, com o Governo dessa ou daquela cor. Tem que ser, efetivamente, alguma coisa que vá além, que tenha um espírito, realmente, democrático, de compreensão. Há problemas que são comuns, que afetam a todos e que, independentemente dos nossos interesses partidários, corporativos ou o que seja, há questões que têm que ser colocadas no nível da sociedade e do Estado.

E a formação profissional é uma das questões. Não é uma questão deste ou daquele, desta ou daquela. É uma questão de todos. E, se é de todos, temos que trabalhar em parceria, com critérios muito objetivos e fazer o possível e o impossível para que as coisas avancem.

Termino dizendo que compartilho do espírito do Ministro Doronelles, de um otimismo realista. Temos, hoje, melhores condições do que há algum tempo para darmos passos mais firmes no sentido do crescimento econômico. Mas isso vai depender dessas questões: da qualificação, da nossa capacidade de geração de capital, porque isso é fundamental para que possamos crescer e com maior autonomia.

Agora, não podemos perder de vista a nossa vocação neste momento e daqui para a frente. Foi um esforço grande para que o Brasil se transformasse num país onde a democracia imperasse. Hoje, ela impera. Não só a democracia política, mas a democracia no sentido mais amplo, que inclui a liberdade, os direitos humanos, o respeito às pessoas, enfim, realmente, um Estado de Direito. A democracia está aí.

Depois, fizemos um grande esforço pela estabilização. Foi ameaçada, no ano passado, mas nós demonstramos que a força que tem este país conseguiu manter a nau sob controle. O País tem, hoje, uma economia estabilizada. Os índices de inflação são de tipo quase universal, de todos os países, um pouco mais, um pouco menos. Mas é um país que tem uma economia estabilizada, onde o salário do trabalhador, a pensão do aposentado não são corroídos pela inflação. Então, temos democracia e estabilização.

Tínhamos que fazer reformas. Estamos fazendo as reformas. Reformamos muita coisa. Mudamos muita coisa, desde a abertura da economia, a questão da flexibilização dos monopólios, a reforma administrativa, um começo de reforma da Previdência, uma porção de organismos novos do aparelho de Estado, a criação das agências reguladoras e por aí vai.

Bom, então, temos democratização, estabilização, reformas. Agora é desenvolvimento. Temos que crescer. As precondições – não gosto nem da expressão –, mas as condições estão dadas para esse cresci-

mento, para esse desenvolvimento, para o que disse o Ministro Dornelles: para que a oferta de emprego, efetivamente, aconteça.

Ela só vai acontecer se, ao mesmo tempo, formos capazes, como já disse aqui, de criar essas outras condições, que são necessárias para tornar as pessoas aptas a terem um emprego na sociedade em que vivemos, de base tecnológica, como é o mundo atual.

Vamos ter que, naturalmente, avançar nessa direção e, também, compreender a transição de um país como o Brasil, que não pode dar um salto para a ultratecnologia sem, ao mesmo tempo, olhar que temos gente sem qualificação, que temos problemas de pessoas que precisam de terra, que temos problemas de baixa produtividade na agricultura, que temos problemas, enfim, de exclusão social.

Enfim, é um conjunto de programas que têm que vir juntos, para que possamos ter não apenas a expansão da oferta de emprego, mas a possibilidade de criar, no conjunto, além do emprego, uma sociedade de bem-estar para os seus cidadãos.

É para isso que estamos juntos. Reitero as felicitações ao Ministro e aos que trabalham no programa e os agradecimentos, muito especialmente, às Secretarias de Estado e às centrais sindicais e às confederações patronais.

Muitíssimo obrigado.